

**ANO II - EDIÇÃO Nº 263 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Segunda-Feira, 17 de abril de 2017.**

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

**PORTARIA Nº 218/2017**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e considerando o disposto na Resolução nº 009/2014/CPJ, e considerando a solicitação do Centro de Estudo e Aperfeiçoamento Funcional – CESAF;

RESOLVE:

Art. 1º FIXAR o quantitativo de vagas e locais de lotação de estagiários do Programa de Estágios para Estudantes no Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme discriminado a seguir:

UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	LOCALIDADE	QTD	NÍVEL	CURSO
Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína	13	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Araguaínas	Araguaínas	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Araguaínas	Araguaínas	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Arapoema	Arapoema	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotorias de Justiça de Arraias	Arraias	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Augustinópolis	Augustinópolis	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Aurora	Aurora	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Axixá do Tocantins	Axixá	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	SUPERIOR	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	SUPERIOR	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Colinas	Colinas	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Colmeia	Colmeia	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Cristalândia	Cristalândia	1	SUPERIOR	DIREITO
Sede das Promotorias de Justiça de Dianópolis	Dianópolis	2	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Famoso do Araguaia	Famoso	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotorias de Justiça de Guaraí	Guaraí	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
05ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
06ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
08ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
09ª Promotoria de Justiça de Gurupi	Gurupi	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Miracema do Tocantins	Miracema	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Natividade	Natividade	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Novo Acordo	Novo Acordo	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Procuradoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	2	SUPERIOR	DIREITO
05ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
08ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
09ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
13ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
14ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
20ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
21ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
22ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
23ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
26ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	2	SUPERIOR	DIREITO
28ª Promotoria de Justiça da Capital	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
Assessoria de Comunicação	Palmas	1	SUPERIOR	JORNALISMO
CAOCID	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
CAOCON	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
CAOMA	Palmas	1	SUPERIOR	ARQUITETURA E URBANISMO

CAOMA	Palmas	1	SUPERIOR	ENGENHEIRO AMBIENTAL
CAOPIJ	Palmas	1	SUPERIOR	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Cesaf	Palmas	1	SUPERIOR	SISTEMA PARA INTERNET
Conselho Superior do Ministério Público	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
Departamento de Finanças e Contabilidade	Palmas	2	SUPERIOR	CIÊNCIAS CONTÁBEIS
Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	1	SUPERIOR	SISTEMA PARA INTERNET
Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	1	SUPERIOR	ANÁLISE DE SISTEMAS / C. COMPUTAÇÃO
Departamento de Planejamento e Gestão	Palmas	1	SUPERIOR	ADM/ECON/CONT.
Diretoria de Expediente	Palmas	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Palmeirópolis	Palmeirópolis	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	SUPERIOR	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Paraíso do Tocantins	Paraíso	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Paranã	Paraná	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Pedro Afonso	Pedro Afonso	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Peixe-To	Peixe	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Pium	Pium	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	SUPERIOR	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	SUPERIOR	DIREITO
04ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	SUPERIOR	DIREITO
05ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	SUPERIOR	DIREITO
06ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	SUPERIOR	DIREITO
07ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional	Porto Nacional	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Taguatinga	Taguatinga	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotoria de Justiça de Tocantínia	Tocantínia	1	SUPERIOR	DIREITO
01ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	SUPERIOR	DIREITO
02ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	SUPERIOR	DIREITO
03ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis	Tocantinópolis	1	SUPERIOR	DIREITO
Promotorias de Justiça de Araguaína	Araguaína	1	MÉDIO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA
Assessoria de Cerimonial	Palmas	1	MÉDIO	EVENTOS
Cartório de 2ª Instância	Palmas	2	MÉDIO	SECRETÁRIO
Controladoria Interna	Palmas	1	MÉDIO	SECRETÁRIO
Departamento de Modernização e Tecnologia da Informação	Palmas	1	MÉDIO	TÉCNICO EM INFORMÁTICA - DESENVOLVIMENTO
<b>TOTAL</b>				<b>95</b>

Art. 2º REVOGAM-SE as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 31 de março de 2017.

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR  
Subprocurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 234/2017**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal

## MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

### PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Procurador-Geral de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Subprocurador-Geral de Justiça

**FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO**  
Chefe de Gabinete da PGJ

**UILITON DA SILVA BORGES**  
Diretor-Geral

### CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Corregedor-Geral

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Corregedora-Geral Substituta

**OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR**  
Promotor-Corregedor

**PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO**  
Promotor-Corregedor

**FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA**  
Chefe de Gabinete

### COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Colégio de Procuradores

**ELAINE MARCIANO PIRES**  
Procuradora de Justiça  
Secretária do Colégio de Procuradores

**LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES**  
Procuradora de Justiça

**JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Procurador de Justiça

**VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA**  
Procuradora de Justiça

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Procurador de Justiça

**RICARDO VICENTE DA SILVA**  
Procurador de Justiça

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Procurador de Justiça

**JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR**  
Procurador de Justiça

**JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ**  
Procuradora de Justiça

### CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA**  
Presidente do Conselho

**JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU**  
Membro - Secretário do Conselho

**JOÃO RODRIGUES FILHO**  
Membro - Corregedor-Geral do MPE

**ALCIR RAINERI FILHO**  
Membro

**MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA**  
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6  
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO  
Telefone: (63) 3216-7600

Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal da titular, do contrato a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Nº da ATA SRP	Objeto da Ata
Cândice Cristiane Barros S. Novaes Mat. nº 103310	Lillian Pereira Barros Demétrio Mat. nº 102210	069/2016	A presente Ata tem por objeto o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, destinada a selecionar proposta mais vantajosa, objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO, destinados ao atendimento das necessidades do Setor de Fisioterapia e Enfermagem desta Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, conforme especificações e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II do Edital do Pregão Presencial nº 038/2016.

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

Art. 3º REVOGA-SE a Portaria nº 880/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 07 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 235/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Sistema de Plantão instituído do âmbito das Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme Ato 072/2016;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR a Portaria nº 975, de 12 de dezembro de 2016, na parte que designou os Promotores de Justiça da 8ª Regional (Palmas), que permaneçam de plantão fora do horário de expediente ordinário, em dias úteis, e durante os finais de semana e feriados no primeiro semestre de 2017, conforme escala adiante:

8ª REGIONAL	
ABRANGÊNCIA: Palmas	
DATA	PROMOTORIA DE JUSTIÇA
11 a 28/04/2017	13ª Promotoria de Justiça da Capital

Art. 2º Revogam-se as disposições com contrário.

PUBLIQUE-SE. CUMPRASE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 11 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

### PORTARIA Nº 236/2017

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 17, da Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008, e em conformidade ao disposto pelo art. 37 da Lei nº 1.818, de 23 de agosto de 2007 c/c o Ato nº 095/2010, de 07 de dezembro de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor MARLON VERGÍLIO DE SOUZA, Técnico Ministerial, matrícula nº 89708, para, em substituição,

exercer o cargo de Encarregado de Área, no período de 17/05/2017 a 27/05/2017, durante a fruição de férias da titular do cargo Priscila Rocha de Araújo Jucá.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 10 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2017.0701.00103

ASSUNTO: Procedimento Licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de mobiliários (poltronas).

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

**DESPACHO Nº 178/2017** – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93, na Lei nº 10.520/02 e no Decreto Federal nº 7.892/13, bem como nos Atos PGJ nº 014/2013 e nº 021/2016, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 042/2017, às fls. 91/95, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e no Parecer Técnico nº 023/2017, às fls. 100/101, emitido pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para formação de Ata de Registro de Preços objetivando a aquisição de mobiliários (poltronas), destinados ao atendimento das necessidades da sede da Procuradoria-Geral de Justiça em Palmas, das Promotorias de Justiça da Capital e do Interior do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, sob a forma de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas - TO, 7 de abril de 2017.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA  
Procurador-Geral de Justiça

## DIRETORIA-GERAL

### PORTARIA DG Nº 063/2017

O Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais consubstanciadas no art. 97 da Resolução nº 008/2015/CPJ (Regimento Interno), de 22 de outubro de 2015 e no Ato PGJ nº. 033/2017, de 03 de abril de 2017.

Considerando a necessidade do serviço a ser desenvolvido junto à Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia.

**R E S O L V E:**

Art. 1º. Suspender, a bem do serviço público, por interesse da Administração, as férias do(a) servidor(a) Tânia de Fátima Rocha Vasconcelos, referentes ao período aquisitivo 2015/2016, marcadas anteriormente de 10/04/2017 a 28/04/2017, assegurando o direito de usufruto desses 19 (dezenove) dias em época oportuna, já tendo recebido o adicional de férias.

PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, em Palmas – TO, 11 de abril de 2017.

Uilton da Silva Borges  
Diretor-Geral  
P.G.J

## 6ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato Nº 093/2013, em Inquérito Civil Público Nº 48/2017 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 048/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 093/2013.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a suposta ilegalidade e/ou inconstitucionalidade do ato administrativo normativo expedido pelo Departamento de Trânsito do Estado do Tocantins/DETRAN – TO, consubstanciado na Portaria/GABDG/Nº 501/2013, por meio da qual fixa os valores máximos a serem praticados pelas empresas de fabricação de placas e tarjetas de identificação veicular, credenciadas junto ao respectivo órgão.

INVESTIGADO(S): DETRAN - TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato Nº 017/2014, em Inquérito Civil Público Nº 50/2017 a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 050/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual no. 51/08.

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 017/2014.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a suposta contratação irregular do Instituto Águila de Gestão pelo Município de Araguaína – TO, no ano de 2013, sem a realização de procedimento licitatório, pelo valor de R\$ 947.880,00.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 025/2014 em Inquérito Civil Público 051/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 051/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 025/2014;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Irregularidades na execução do Programa Cheque Moradia no Município de Carmolândia-TO.

INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Carmolândia-TO;  
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 2016/12501 em Inquérito Civil Público 052/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 052/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85, e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 2016/12501;

Fato(s) em apuração: apurar a possível prática de atos de improbidade administrativa, supostamente praticados por José Fleury Lopes, na condição de prefeito do município de Santa Fé do Araguaia -to durante a legislatura de 2012/2016, consistentes na inobservância do dever de efetuar repasses devidos a instituições financeiras conveniadas com o município (Caixa Econômica Federal -CEF e Banco do Brasil S.A.), em favor das quais deveriam ser entregues os valores relativos a descontos efetuados nos contracheques dos servidores públicos municipais, decorrentes de empréstimos consignados firmados com as instituições credoras.

INVESTIGADO(S): Município de Santa Fé do Araguaia e José Fleury Lopes;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 13 de Março de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Representação nº 002/2012 em Inquérito Civil Público 053/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 053/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 25, inciso IV, e art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 6º e 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85, e art. 62 da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Representação Nº 002/2012;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Ato de improbidade administrativa, consistente no atraso de pagamento dos servidores do município de Aragominas, no período entre 2009 à 2012;

INVESTIGADO(S): Sr. Antônio Mota, ex-prefeito de Aragominas-TO;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 016/2013 em Inquérito Civil Público 053/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 054/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85, e art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, 4º da Resolução nº 03/2008/CSMP-TO;

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 016/2013;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Investigar regularidade das doações

de imóveis urbanos de titularidade do poder público municipal, realizadas no setor Céu Azul em Araguaína, além de apurar o suposto parcelamento irregular do solo urbano no referido bairro;  
INVESTIGADO(S): Chefe do Poder Executivo Municipal;  
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Representação nº 01/2010 em Inquérito Civil Público 055/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 055/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;

ORIGEM: REPRESENTAÇÃO Nº 01/2010;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar a Regularidade dos Contratos de Locação de Veículos Celebrados no Ano de 2009 pelo Município de CARMOLÂNDIA/TO, na Gestão de JOAO HOLANDA LEITE sem o correspondente Processo Licitatório e/ou fraudando-o, beneficiando o enriquecimento ilícito de particulares, e ainda, suposto superfaturamento no valor dos objetos dos referidos contratos de locação.

INVESTIGADO(S): Prefeitura Municipal de Carmolândia/TO, João Holanda Leite

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Representação nº 016/2012 em Inquérito Civil Público 056/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 056/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85 e art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

ORIGEM: Representação nº 016/2012;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposta prática de ato de improbidade administrativa praticada por Noraldino Mateus Fonseca, ex-prefeito de Araganã (2009-2012), consistente na conduta de perseguição política aos servidores efetivos Michele Alves Neres, Lidiane Lopes da Silva e Alacide Araújo da Silva.

INVESTIGADO(S): Noraldino Mateus Fonseca, ex-prefeito de Araganã;

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 21 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 073/2014 em Inquérito Civil Público 058/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 058/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;

ORIGEM: Notícia de Fato Nº 073/2014;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar possíveis irregularidades em falhas e incorreções no Portal de Transparência do Município de Araguaína-TO

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 215/2012 em Inquérito Civil Público 059/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 059/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO Nº 215/2012;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Supostas inconsistências entre as informações constantes do portal da transparência do Município de Araguaína - TO, relativas aos valores pagos a alguns servidores da saúde, no ano de 2012, e as informações constantes dos respectivos contracheques, bem como não pagamento de algumas verbas indenizatórias.

INVESTIGADO(S): Município de Araguaína-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 079/2014 em Inquérito Civil Público 060/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 059/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO Nº 079/2014;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Suposta prática de improbidade administrativa pelos agentes públicos responsáveis pelo presídio Barra da Grota

INVESTIGADO(S): Governo do Estado do Tocantins

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 21 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 032/2013 em Inquérito Civil Público 066/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 059/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO Nº 032/2013;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Atos de improbidade administrativa, com possível dano ao erário e ofensa aos princípios da administração pública, decorrentes dos fatos que ensejaram a emissão de parecer prévio (TCE-TO) pela rejeição de contas consolidadas do município de ARAGOMINAS-TO, referente ao exercício de 2010, sob a

responsabilidade do ex-prefeito municipal ANTÔNIO MOTA

INVESTIGADO(S): ANTÔNIO MOTA

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 22 de Fevereiro de 2017.

#### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a Conversão da Notícia de Fato nº 231/2012 em Inquérito Civil Público 068/2017, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à 6ª Promotoria de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 068/2017/6ªPJ

INVESTIGANTE: 6ª Promotoria de Justiça de Araguaína-TO;

FUNDAMENTOS: Artigos 129, inciso I e III, da Constituição Federal, art. 26, inciso I, da Lei Federal no. 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei no. 7.347/85;

ORIGEM: NOTÍCIA DE FATO Nº 231/2012;

FATO(S) EM APURAÇÃO: Supostas Irregularidades no processo licitatório para aluguel de veículos pelo Município de Araguaína, entre os anos de 2009/2012, tendo como investigado o gestor municipal à época, FÉLIX VALUAR DE SOUSA BARROS

INVESTIGADO(S): FÉLIX VALUAR DE SOUSA BARROS, ex-Prefeito de Araguaína-TO

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 23 de Fevereiro de 2017.

### 11ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

#### EXTRATO N.º 001/2017 DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

PORTARIA N.º: 001/2017

INVESTIGANTE: Dr. Ricardo Alves Peres

FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição da República e artigo 8.º, § 1.º, da Lei N.º 7.347, de 24/07/1985.

ORIGEM: Notícia de Fato nº. 025/2016

FATOS EM APURAÇÃO: Esclarecer fatos ocorridos na Comarca de Araguaína-TO, especificamente na tutela dos direitos das pessoas com deficiência, visando apurar a omissão do Poder Público em fornecer ao paciente ANTÔNIO NETO BORGES DA SILVA uma prótese ortopédica apta a lhe proporcionar mobilidade adequada.

INVESTIGADO: ESTADO DO TOCANTINS

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: 11.ª Promotoria de Justiça, Araguaína, 03 de abril de 2017.

### 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUATINS

#### EXTRATO DE INSTAURAÇÃO DO INQUÉRITO CIVIL N.º 04/2017/2ªPJ/Araguatins

COMARCA: Araguatins

PROMOTORIA DE JUSTIÇA: 2ª Promotoria de Justiça

INQUÉRITO CIVIL Nº 04/2017/2ªPJ/Araguatins

Data da Instauração: 10/04/2017

Parte: Pharmakon Indústria e Comércio Ltda

Objeto: Averiguar a doação de área pública rural do Município de Araguatins, equivalente a 193,9577 hectares à empresa privada Pharmakon Indústria e Comércio Ltda, em 30 de novembro de 1997.

Promotor de Justiça: Décio Gueirado Júnior

## 28ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

### EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Adriano Neves, no uso de suas atribuições, na 28ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 12, §§ 1º, 2º e 3º da Resolução 003/2008, do Conselho Superior do Ministério Público, dá ciência aos interessados no INDEFERIMENTO dos autos da Notícia de Fato nº 2017.0000245, protocolo 07010152375201731, tendo como objeto denúncia apócrifa sobre eventual descumprimento de jornada de trabalho pela ex-esposa do servidor, Diari Amaral de Sousa, "Sueid", tendo em vista a insuficiência de elementos para a instauração de procedimento investigatório e diante da impossibilidade de complementação pelo denunciante que optou pelo anonimato. Informa ainda que, caso queira, poderá o interessado interpor recurso administrativo, no prazo de 10 (dez) dias, dirigido ao Promotor de Justiça que a este subscreve.

Palmas, 10 de abril de 2017.

ADRIANO NEVES  
Promotor de Justiça

## 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a conversão do Procedimento Preparatório nº 25/2016 no Inquérito Civil nº 25/2016, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

PORTARIA IC nº 17/2017

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis/TO.

FUNDAMENTOS: Artigo 127, caput 129, incisos II e III da Constituição Federal 1988; artigo 26, inciso I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual – 8.625/93 e artigo 61, Inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 51/2008, artigo 8º, § 1º e 21, da lei nº 7.347/85 e artigos 82, I, da Lei nº 8.078/90.

ORIGEM: De ofício

DOCUMENTOS DE ORIGEM: Procedimento Preparatório nº 25/2016.

FATOS EM APURAÇÃO: Apurar suposta irregularidade na prestação de atendimento oftalmológico oriundo do programa "A SEMANA DA VISÃO PARA TODOS" e verificar eventual realização da venda casada com relação aos óculos de grau receitados.

INVESTIGADO: ONG INSTITUTO VISÃO SOLIDÁRIA

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Tocantinópolis/TO, 31 de março de 2017.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE FILADÉLFIA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado .

PORTARIA N° 01/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Filadélfia – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.o 8.625/93, 8o, § 1o, da Lei n.o 7.347/85 e 61, inciso

I, da Lei Complementar Estadual n.o 051/08 e Resolução no 003/2008 – CSMP.

ORIGEM: Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ

FATO EM APURAÇÃO: Implantação de Programa de Guarda Subsidiada no Município de Filadélfia – TO.

INVESTIGADO: Município de Filadélfia – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Filadélfia - TO, 23 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N° 02/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Filadélfia – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.o 8.625/93, 8o, § 1o, da Lei n.o 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.o 051/08 e Resolução no 003/2008 – CSMP.

ORIGEM: Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ

FATO EM APURAÇÃO: Implantação de Programa de Guarda Subsidiada no Município de Palmeirante – TO.

INVESTIGADO: Município de Palmeirante – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Filadélfia - TO, 23 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente procedimento administrativo, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N° 02/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Filadélfia – TO

FUNDAMENTOS: artigos 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, "a", e art. 32, II, da Lei 8.625/93, nos termos da Resolução 23/2007 e da Resolução 003/2008 – CNMP.

ORIGEM: Termo de Declarações

FATO EM APURAÇÃO: Averiguar a ocorrência de violação aos direitos de crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais, a não disponibilização de Educação Inclusiva no município de Palmeirante/TO.

INVESTIGADO: Município de Palmeirante – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Filadélfia - TO, 23 de março de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado

PORTARIA N° 03/2017

INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Filadélfia – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.o 8.625/93, 8o, § 1o, da Lei n.o 7.347/85 e 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.o 051/08 e Resolução no 003/2008 – CSMP.

ORIGEM: Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Infância e Juventude – CAOPIJ

FATO EM APURAÇÃO: Implantação de Programa de Guarda Subsidiada no Município de Babaçulândia – TO.  
INVESTIGADO: Município de Babaçulândia – TO.  
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Filadélfia - TO, 23 de março de 2017.

## PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUACEMA

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 001/2017

INVESTIGANTE: Dr. Guilherme Goseling Araújo – Promotor de Justiça  
FUNDAMENTOS: Artigo 88, I e II, do ECA c/c art. 204, II e art. 227, § 7º, da CF, arts. 101 e 129 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 10, §2º, I, e art. 35, II, da Lei 12.594/2012, art. 98, I; art. 101, caput; art. 213, ECA, art. 11 e 12, III, da Lei 8.429/92, art. 201, VIII, do ECA.  
ORIGEM: Elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Problema relativo à falta de previsão de Práticas Restaurativas, no Plano Municipal de Medidas

Socioeducativas na Comarca de Araguacema/TO.

INVESTIGADO(S): Município de Araguacema/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguacema/TO, 07 de abril de 2017.

### EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº.: 002/2017

INVESTIGANTE: Dr. Guilherme Goseling Araújo – Promotor de Justiça  
FUNDAMENTOS: Artigo 88, I e II, do ECA c/c art. 204, II e art. 227, § 7º, da CF, arts. 101 e 129 da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, art. 10, §2º, I, e art. 35, II, da Lei 12.594/2012, art. 98, I; art. 101, caput; art. 213, ECA, art. 11 e 12, III, da Lei 8.429/92, art. 201, VIII, do ECA.  
ORIGEM: Elaboração e implementação dos Sistemas Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo.

FATO(S) EM APURAÇÃO: Problema relativo à falta de previsão de Práticas Restaurativas, no Plano Municipal de Medidas Socioeducativas na Comarca de Araguacema/TO.

INVESTIGADO(S): Município de Caseara/TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguacema/TO, 07 de abril de 2017.

**QUEREMOS OUVIR VOCÊ!**

**OUVIDORIA MPE**  
Sugira • Denuncie • Questione

(63) 3216-7598  
(63) 3216-7575

[www.mpto.mp.br](http://www.mpto.mp.br)

[ouvidoria@mpto.mp.br](mailto:ouvidoria@mpto.mp.br)